

Contas Nacionais Trimestrais Por Setor Institucional (Base 2006)

1º Trimestre de 2014

Capacidade de financiamento da Economia portuguesa diminuiu para 1,7% do PIB

No 1º trimestre de 2014, o Rendimento Nacional Bruto e o PIB nominal cresceram 0,2% e 0,3%, respetivamente. A Poupança corrente da economia aumentou, fixando-se em 15,8% do PIB, em resultado do aumento de 0,4% do Rendimento Disponível Bruto da Nação, enquanto o consumo final aumentou 0,3%.

No 1º trimestre de 2014, a capacidade de financiamento da economia portuguesa diminuiu para 1,7% do PIB (1,9% do PIB no ano terminado no 4º trimestre de 2013), com o aumento da Formação Bruta de Capital (variação de 2,5%) a mais que compensar a melhoria da poupança corrente.

A taxa de poupança das Famílias manteve a tendência descendente, fixando-se em 11,9%, devido sobretudo ao aumento da despesa de consumo final. A capacidade de financiamento das Famílias diminuiu, atingindo 6,1% do PIB no 1º trimestre de 2014 (6,8% no trimestre precedente). Os saldos das Sociedades Não Financeiras e das Sociedades Financeiras fixaram-se respetivamente em -2,4% e 2,0% do PIB no 1º trimestre de 2014 (-2,2% e 2,3% no trimestre anterior, pela mesma ordem).

A necessidade de financiamento das Administrações Públicas diminuiu, passando de 5,0% no 4º trimestre de 2013 para 4,0% do PIB. Para esta evolução contribuiu principalmente a diminuição das despesas com transferências de capital e, em menor grau, a diminuição das despesas com pessoal.

Os resultados apresentados correspondem à versão preliminar das Contas Trimestrais por Setor Institucional (CTSI), relativas ao 1º trimestre de 2014.

Os agregados de Contas Nacionais estão expressos exclusivamente em termos nominais.

Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos, que a seguir se apresentam, referem-se ao ano acabado no trimestre de referência, o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares. Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente.

Contas Nacionais – 1º trimestre de 2014

Além dos quadros em anexo a este destaque, é possível aceder a informação adicional na área de Contas Nacionais do Portal do INE.

Refira-se que a presente divulgação é a última efetuada de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais 1995 (SEC 1995). A próxima, planeada para o final de setembro, obedecerá ao novo Sistema Europeu de Contas 2010 (SEC 2010), que introduzirá um conjunto relevante de alterações. Informação adicional está disponível no Portal do INE¹.

¹ http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cn_sec2010.

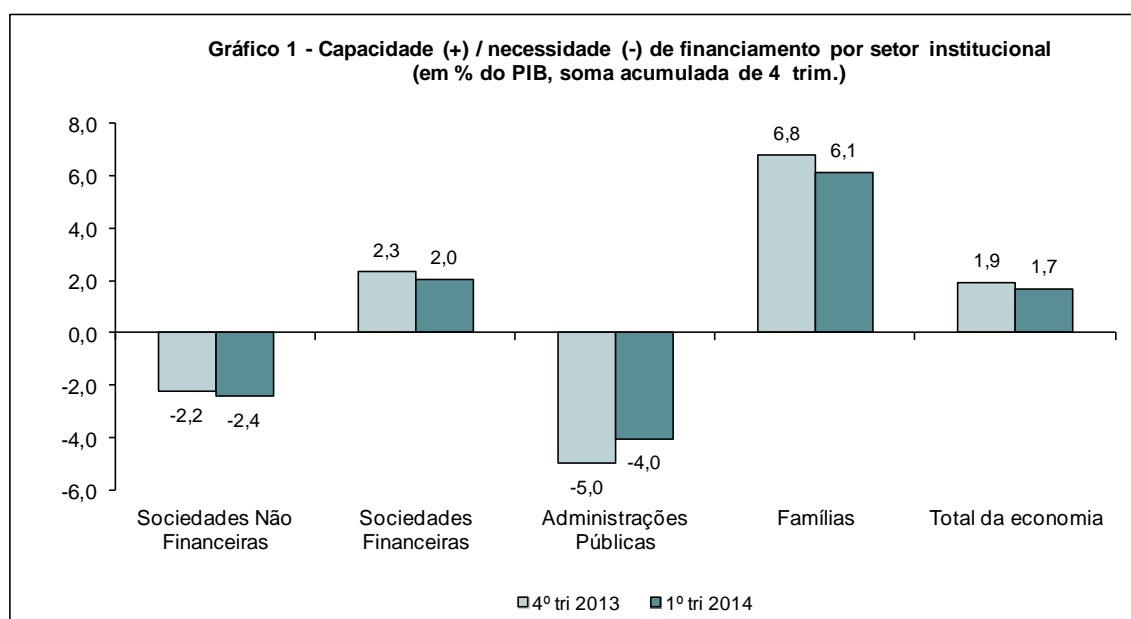
Capacidade de financiamento da economia atinge 1,7% do PIB

A economia Portuguesa registou uma capacidade de financiamento de 1,7% do PIB no 1º trimestre de 2014, menos 0,2 pontos percentuais (p.p.) que no trimestre anterior. Esta evolução deveu-se essencialmente à redução do Saldo Externo de Bens e Serviços, tendo as importações aumentado 1,5% no 1º trimestre de 2014, o que mais que compensou o aumento de 0,6% das exportações.

O gráfico 1 apresenta a evolução da capacidade (+)/necessidade(-) de financiamento da economia por setor institucional, para o ano acabado no 1º trimestre de 2014 e para 2013. A necessidade de financiamento das Administrações Públicas (AP) diminuiu, passando

de 5,0% do PIB em 2013 para 4,0% no 1º trimestre de 2014, refletindo sobretudo a diminuição da despesa com transferências de capital e remunerações e, do lado da receita, o aumento de 1,3% dos impostos sobre o rendimento e o património.

Para os restantes setores da economia, a capacidade de financiamento diminuiu 1,2 p.p., fixando-se em 5,7% do PIB no 1º trimestre de 2014. Este comportamento resultou sobretudo da redução da capacidade de financiamento das famílias em 0,7 p.p. do PIB, determinada principalmente pela redução da poupança corrente, em consequência do aumento de 0,5% da despesa de consumo final. Os impostos sobre o rendimento suportados pelas famílias aumentaram 2,0% no 1º trimestre de 2014.



Famílias: a capacidade de financiamento diminuiu para 6,1% do PIB

A capacidade de financiamento das famílias diminuiu para 6,1% do PIB no ano acabado no 1º trimestre de Contas Nacionais – 1º trimestre de 2014

2014 (6,8% em 2013). Este comportamento foi o resultado conjugado da redução de 0,3% do rendimento disponível e do aumento de 0,5% da despesa de consumo final (ver gráfico 2), determinando

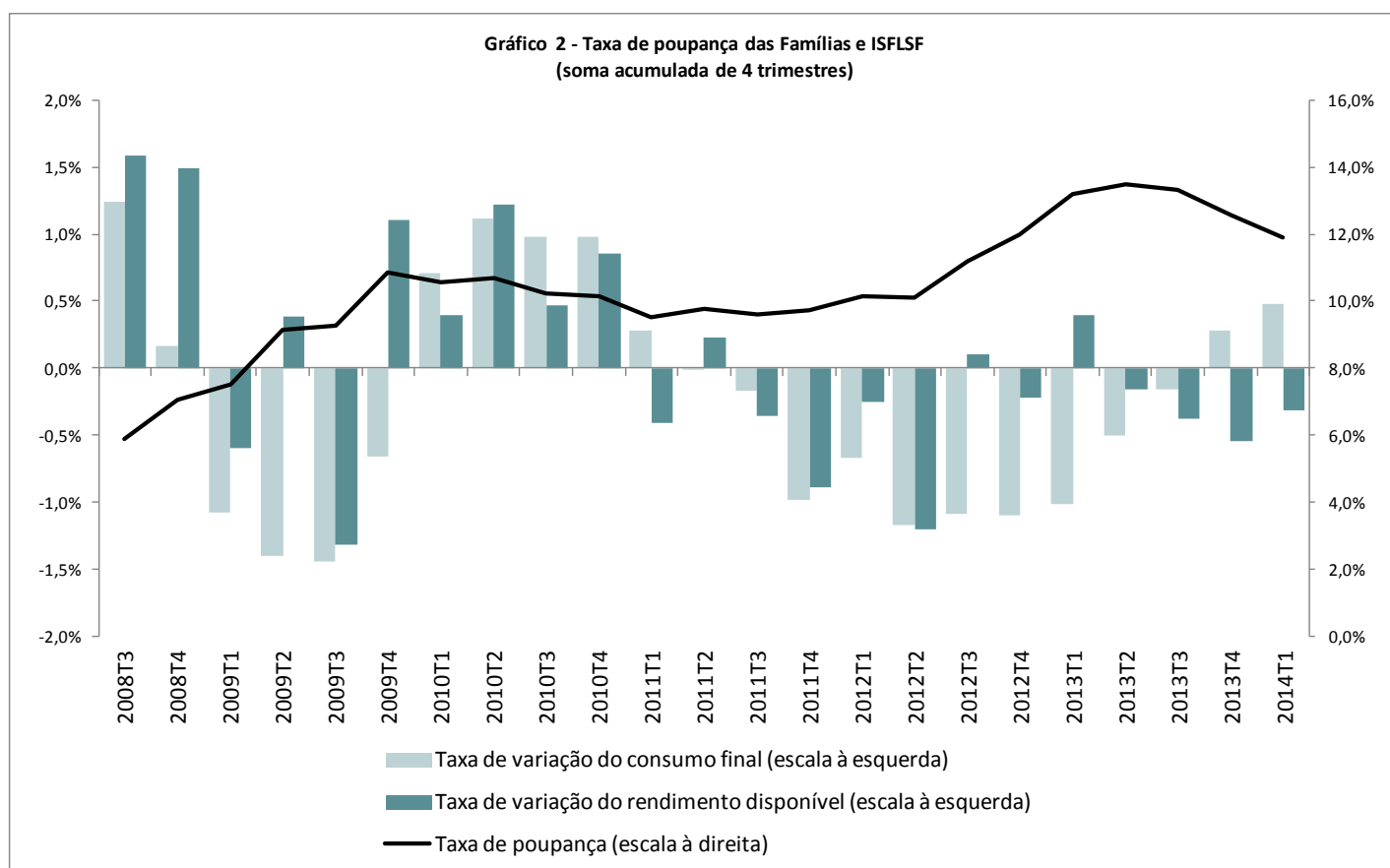
uma redução de 5,8% da poupança no 1º trimestre de 2014. Em consequência, a taxa de poupança das famílias diminuiu para 11,9% (12,6% em 2013).

A redução do rendimento disponível das famílias foi determinada sobretudo pelo aumento dos impostos sobre o rendimento e o património (taxa de variação de 2,0%), enquanto as remunerações recebidas pelas famílias diminuíram 0,1%.

No quadro 1, que decompõe a taxa de variação do rendimento disponível pelas suas componentes, pode observar-se que o aumento dos impostos sobre o

rendimento contribuiu em -0,2 p.p. para a variação do rendimento disponível.

No quadro 2, que descreve a composição do rendimento disponível das famílias, mostra-se o aumento da importância relativa dos impostos no rendimento disponível, que atinge o seu máximo no ano acabado no 1º trimestre de 2014, fixando-se em -11,4% do rendimento disponível das famílias.



¹ Corresponde ao código S1M, nos ficheiros Excel em anexo, incluindo as famílias propriamente ditas e as instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias.

Quadro 1: Contributos para a variação percentual do rendimento disponível das Famílias e ISFLSF (pontos percentuais, MM4)

	Remunerações	Excedente bruto de Exploração / Rendimento Misto	Rendimentos de propriedade líquidos recebidos	Prestações sociais líquidas de contribuições	Transferências líquidas recebidas	Impostos	Rendimento Disponível
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (1)+...+(5) - (6)
2010T1	0,1	0,1	-0,2	0,2	0,0	0,2	0,4
2010T2	0,3	0,3	0,2	0,3	0,1	0,0	1,2
2010T3	0,2	0,2	-0,2	0,1	0,0	0,1	0,5
2010T4	0,1	-0,1	0,9	-0,2	0,5	-0,3	0,9
2011T1	-0,2	0,1	0,3	0,1	0,0	-0,6	-0,4
2011T2	-0,3	-0,1	0,1	-0,2	-0,1	0,9	0,2
2011T3	-0,3	-0,2	0,5	0,0	-0,2	-0,2	-0,4
2011T4	-0,5	-0,1	0,2	0,4	0,0	-0,8	-0,9
2012T1	-0,6	0,0	0,1	0,4	-0,1	0,0	-0,3
2012T2	-1,6	0,0	0,0	0,6	0,1	-0,2	-1,2
2012T3	-0,7	0,1	0,4	0,1	0,0	0,1	0,1
2012T4	-1,7	0,2	0,5	0,1	0,0	0,7	-0,2
2013T1	-0,1	0,0	0,5	0,3	0,1	-0,5	0,4
2013T2	-0,1	0,1	0,3	0,4	0,0	-0,7	-0,2
2013T3	-0,1	0,1	-0,1	0,2	0,1	-0,5	-0,4
2013T4	0,8	0,2	-0,3	-0,3	0,1	-1,0	-0,5
2014T1	0,0	0,0	-0,1	0,0	0,1	-0,2	-0,3

Quadro 2: Peso percentual das componentes do rendimento disponível das Famílias e ISFLSF (% , MM4)

	Remunerações	Excedente bruto de Exploração / Rendimento Misto	Rendimentos de propriedade líquidos recebidos	Impostos	Prestações sociais líquidas de contribuições sociais	Transferências líquidas recebidas
2010T1	69,6	20,3	8,0	-8,0	6,2	3,9
2010T2	69,1	20,4	8,0	-7,9	6,5	4,0
2010T3	69,0	20,5	7,8	-7,8	6,5	4,0
2010T4	68,5	20,2	8,6	-8,0	6,3	4,4
2011T1	68,6	20,4	8,9	-8,6	6,4	4,4
2011T2	68,1	20,2	8,9	-7,8	6,2	4,3
2011T3	68,1	20,1	9,5	-7,9	6,2	4,1
2011T4	68,1	20,1	9,8	-8,8	6,7	4,1
2012T1	67,7	20,2	9,9	-8,8	7,0	4,0
2012T2	66,9	20,5	10,0	-9,2	7,8	4,1
2012T3	66,1	20,6	10,4	-9,0	7,9	4,1
2012T4	64,5	20,8	10,9	-8,3	8,0	4,1
2013T1	64,2	20,7	11,4	-8,7	8,3	4,2
2013T2	64,1	20,8	11,7	-9,5	8,7	4,2
2013T3	64,3	21,0	11,6	-10,0	8,9	4,3
2013T4	65,4	21,3	11,3	-11,1	8,7	4,4
2014T1	65,6	21,4	11,2	-11,4	8,6	4,5

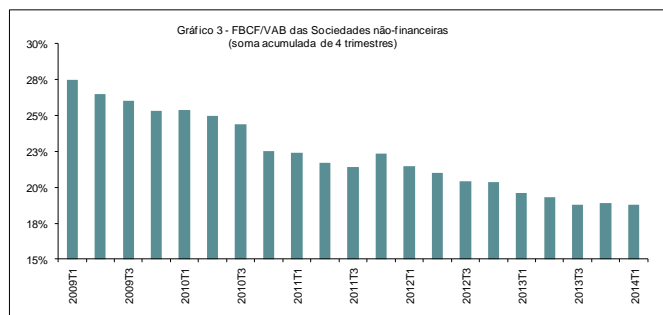
Sociedades Não Financeiras: taxa de investimento fixou-se em 18,8%

A necessidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras fixou-se em 2,4% do PIB no ano acabado Contas Nacionais – 1º trimestre de 2014

no 1º trimestre de 2014, que compara com uma necessidade de financiamento de 2,2% em 2013. O aumento da necessidade de financiamento deste setor refletiu sobretudo o aumento da Formação Bruta de

Capital (FBC) e o agravamento do saldo negativo dos rendimentos de propriedade. Estes dois fatores mais que compensaram o aumento de 0,6% do VAB do setor..

A FBC das Sociedades Não Financeiras aumentou 3,1% no 1º trimestre de 2014 (variação de 0,4% no 4º trimestre de 2013). A taxa de investimento (medida através do rácio entre a Formação Bruta de Capital Fixo e o VAB) atingiu 18,8% no 1º trimestre de 2014 (18,9% em 2013).



O saldo dos rendimentos de propriedade (juros e dividendos) agravou-se no 1º trimestre de 2014 relativamente ao trimestre anterior, devido à diminuição mais intensa dos rendimentos recebidos comparativamente com os pagos (diminuições de 4,4% e 0,2%, respetivamente).

Sociedades Financeiras: capacidade de financiamento diminuiu em 0,3 p.p. do PIB

No 1º trimestre de 2014, o setor das Sociedades Financeiras apresentou uma capacidade de financiamento de 2,0% do PIB o que compara com 2,3% do PIB em 2013. Este comportamento foi sobretudo determinado pela diminuição em 68,3% das transferências de capital recebidas, como consequência do efeito de base associado à contabilização, no primeiro trimestre de 2013, do aumento de capital numa instituição financeira como transferência de

capital das AP em Contas Nacionais. Descontando esta transferência de carácter extraordinário, a capacidade de financiamento do setor financeiro em 2013 seria de 1,9% do PIB.

A poupança corrente deste setor registou um aumento de 3,9% no 1º trimestre de 2014, determinado pelo aumento do saldo dos rendimentos de propriedade. Os rendimentos de propriedade recebidos e pagos diminuíram 1,5% e 4,0%, respetivamente.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) do setor diminuiu 1% no 1º trimestre de 2014, que compara com uma variação de -0,6% no 4º trimestre de 2013.

Setor das Administrações Públicas: défice diminuiu 1 p.p.

A necessidade de financiamento do sector das Administrações Públicas (AP) registou uma diminuição de 1 p.p. no 1º trimestre de 2014, relativamente trimestre anterior, atingindo 4,0% do PIB. Este resultado justifica-se sobretudo pelo aumento das receitas e pela diminuição das despesas (ver quadro 3).

Do lado da despesa registou-se uma diminuição da despesa corrente, destacando-se a redução significativa das despesas com pessoal. Salienta-se o aumento do consumo intermédio e dos subsídios contrariando o comportamento das restantes componentes da despesa. A redução da despesa de capital resultou da já referida contabilização, 1º trimestre de 2013, do aumento de capital numa instituição financeira como transferência de capital das AP em Contas Nacionais.

Do lado da receita, a generalidade das componentes registou crescimento, destacando-se o aumento das receitas de impostos. As contribuições sociais tiveram o

comportamento oposto, observando-se uma ligeira redução.

Tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP situou-se em -2.389,4 milhões de euros no 1º trimestre de 2014 (-6,0% do PIB). No mesmo trimestre do ano anterior o saldo das AP tinha atingido -10,0% do PIB.

No apuramento do saldo orçamental na ótica das Contas Nacionais é necessário proceder a um conjunto de ajustamentos aos resultados apurados em Contabilidade Pública. A Contabilidade Pública obedece a uma ótica de caixa, registando-se todas as despesas que são pagas no período contabilístico. Em Contas Nacionais registam-se os encargos assumidos num determinado período contabilístico independentemente do seu pagamento ocorrer num período distinto. Simetricamente excluem-se pagamentos respeitantes a encargos assumidos noutros períodos. Outro importante ajustamento efetuado está relacionado com a delimitação setorial do setor institucional das

Administrações Públicas, onde são incluídas entidades que não estão integradas no saldo em Contabilidade Pública, mas que integram o setor institucional das Administrações Públicas na ótica das Contas Nacionais. Finalmente há operações que, de acordo com o quadro conceptual das Contas Nacionais, têm uma classificação específica, nomeadamente alguns casos em que a aquisição por parte de entidades das Administrações Públicas, de participações de capital de outras entidades são contabilizadas como transferências de capital e não como operações financeiras, sendo necessário proceder aos ajustamentos correspondentes.

O quadro 6 sintetiza os principais ajustamentos realizados na passagem do saldo em Contabilidade Pública para o saldo em Contabilidade Nacional, neste caso na ótica do Procedimento dos Défices Excessivos (ver nota no quadro respetivo). Comparando o 1º trimestre de 2014 com o período homólogo, o saldo em contabilidade nacional melhorou em cerca de 1.580 milhões de euros.

Quadro 3: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas no ano acabado no trimestre

unidade: 10⁶ euros

	2013T1	2013T2	2013T3	2013T4	2014T1
Receitas totais	67 731.4	68 772.6	70 052.4	72 409.7	72 898.6
Receita corrente	65 418.3	66 647.9	68 172.8	70 907.1	71 261.3
Impostos sobre o rendimento e património	15 802.1	16 872.0	17 680.9	19 522.2	19 775.4
Impostos sobre a produção e importação	22 273.6	22 034.4	22 174.6	22 568.3	22 827.5
Contribuições sociais	19 253.7	19 303.4	19 544.6	20 139.6	20 097.6
Vendas	4 591.1	4 558.5	4 666.9	4 508.2	4 593.0
Outras receitas correntes	3 497.8	3 879.6	4 105.8	4 168.7	3 967.8
Receitas de capital	2 313.1	2 124.7	1 879.6	1 502.6	1 637.4
Despesas totais	79 179.8	78 770.9	80 276.6	80 650.7	79 604.0
Despesa corrente	73 962.7	74 513.8	75 462.0	76 627.1	76 256.1
Prestações sociais	37 600.2	37 955.7	38 444.4	38 834.0	38 687.8
Despesas com pessoal	16 637.2	16 850.1	17 020.8	17 788.6	17 443.7
Juros	7 145.4	7 168.5	7 242.6	7 183.2	7 179.2
Consumo intermédio	7 250.9	7 295.7	7 340.4	7 307.9	7 501.1
Subsídios	988.8	1 001.2	1 037.9	1 116.9	1 179.8
Outra despesa corrente	4 340.1	4 242.6	4 375.9	4 396.6	4 264.4
Despesa de capital	5 217.1	4 257.1	4 814.6	4 023.5	3 347.9
Investimento ⁽¹⁾	2 251.1	2 069.1	2 649.7	2 485.0	2 524.1
Outra despesa de capital	2 966.0	2 188.0	2 164.9	1 538.5	823.8
Saldo corrente	-8 544.4	-7 865.9	-7 289.2	-5 720.1	-4 994.8
Saldo total	-11 448.4	-9 998.3	-10 224.2	-8 241.0	-6 705.3
<i>Por Memória:</i>					
Despesa corrente primária	66 817.28	67 345.34	68 219.38	69 443.95	69 076.86
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	163 756.10	163 612.80	163 813.10	165 690.00	166 118.90
Défice em % PIB	-7.0%	-6.1%	-6.2%	-5.0%	-4.0%

Quadro 4: Taxas de variação das Receitas e Despesas do sector das Administrações públicas ao ano acabado no trimestre

taxas de variação (%)

	2013T1	2013T2	2013T3	2013T4	2014T1
Receitas totais	0.2	1.5	1.9	3.4	0.7
Receita corrente	0.5	1.9	2.3	4.0	0.5
Impostos sobre o rendimento e património	3.5	6.8	4.8	10.4	1.3
Impostos sobre a produção e importação	-1.2	-1.1	0.6	1.8	1.1
Contribuições sociais	0.6	0.3	1.2	3.0	-0.2
Vendas	-0.4	-0.7	2.4	-3.4	1.9
Outras receitas correntes	-0.7	10.9	5.8	1.5	-4.8
Receitas de capital	-7.4	-8.1	-11.5	-20.1	9.0
Despesas totais	1.2	-0.5	1.9	0.5	-1.3
Despesa corrente	0.8	0.7	1.3	1.5	-0.5
Prestações sociais	1.2	0.9	1.3	1.0	-0.4
Despesas com pessoal	0.8	1.3	1.0	4.5	-1.9
Juros	-0.1	0.3	1.0	-0.8	-0.1
Consumo intermédio	-2.0	0.6	0.6	-0.4	2.6
Subsídios	2.1	1.3	3.7	7.6	5.6
Outra despesa corrente	3.0	-2.2	3.1	0.5	-3.0
Despesa de capital	7.4	-18.4	13.1	-16.4	-16.8
Investimento ⁽¹⁾	-9.3	-8.1	28.1	-6.2	1.6
Outra despesa de capital	24.8	-26.2	-1.1	-28.9	-46.5

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas cessões ativos não financeiros não produzidos

Nota: Quadros 3 e 4 substituídos devido a incorreção na coluna relativa ao 1º trimestre de 2013 (27 de junho, 12:15)

Quadro 5: Receitas e Despesas do setor das Administrações públicas

	1º trimestre de 2013		1º trimestre de 2014		Taxas de variação(%)
	milhões de euros	% PIB	milhões de euros	% PIB	
Receitas totais	15.354,7	39,2	15.843,7	40,0	3,2
Receita corrente	15.175,1	38,7	15.529,3	39,2	2,3
Impostos sobre o rendimento e património	3.747,6	9,6	4.000,8	10,1	6,8
Impostos sobre a produção e importação	4.962,7	12,7	5.221,9	13,2	5,2
Contribuições sociais	4.657,9	11,9	4.615,9	11,7	-0,9
Vendas	968,7	2,5	1.053,5	2,7	8,7
Outras receitas correntes	838,2	2,1	637,3	1,6	-24,0
Receitas de capital	179,6	0,5	314,4	0,8	75,0
Despesas totais	19.279,8	49,2	18.233,1	46,0	-5,4
Despesa corrente	17.993,2	45,9	17.622,1	44,5	-2,1
Prestações sociais	9.182,3	23,4	9.036,2	22,8	-1,6
Despesas com pessoal	4.197,0	10,7	3.852,1	9,7	-8,2
Juros	1.824,4	4,7	1.820,4	4,6	-0,2
Consumo intermédio	1.364,9	3,5	1.558,1	3,9	14,2
Subsídios	157,8	0,4	220,7	0,6	39,9
Outra despesa corrente	1.266,7	3,2	1.134,5	2,9	-10,4
Despesa de capital	1.286,6	3,3	611,0	1,5	-52,5
Investimento ⁽¹⁾	441,9	1,1	480,9	1,2	8,8
Outra despesa de capital	844,8	2,2	130,1	0,3	-84,6
Saldo corrente	-2.818,0	-7,2	-2.092,8	-5,3	
Saldo total	-3.925,1	-10,0	-2.389,4	-6,0	

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas cessões ctivos não financeiros não produzidos

Quadro 6: Passagem de saldos de Contabilidade Pública a Contabilidade Nacional

Unid: milhões euro

	2013T1	2014T1
Saldo em contabilidade pública:	-1.319,5	-908,0
Ajustamento accrual e delimitação setorial em Contas Nacionais	-56,7	50,3
Diferença entre juros pagos e devidos	-1.019,8	-760,4
Outros valores a receber:	-890,9	-592,5
Outros valores a pagar:	-1,9	167,3
Outros ajustamentos:	-620,8	-285,9
<i>dos quais:</i>		
<i>Injeções de capital</i>	-700,0	-389,0
Saldo em contabilidade nacional (ótica PDE): ⁽¹⁾	-3.909,5	-2.329,2
Em % do PIB	-10,0%	-5,9%

⁽¹⁾ De acordo com o Sistema Europeu de Contas (SEC 95), os fluxos de juros de sw aps e de contratos de garantia de taxas (FRA's) são objeto de um tratamento específico no caso dos dados transmitidos ao abrigo do procedimento dos défices excessivos. Esta diferença metodológica reflete-se na diferença entre o saldo "Capacidade/necessidade de financiamento do sector das Administrações Públicas" no âmbito dos quadros do Sistema Europeu de Contas (SEC95), designado Saldo total nos quadros deste Destaque, e o saldo apurado para efeitos do Procedimento relativo aos Défices Excessivos, designado Saldo em contabilidade nacional no presente quadro.

Economia nacional: Rendimento Nacional Bruto aumentou

No 1º trimestre de 2014, o Rendimento Nacional Bruto (RNB) registou uma variação nominal de 0,2%, taxa inferior à variação do PIB nominal (0,3%). Os rendimentos primários (remunerações do trabalho e do capital) com o exterior registaram um saldo mais negativo no 1º trimestre de 2014, observando-se taxas de variação de -2,9% nos rendimentos recebidos e -1,4% nos rendimentos pagos.

Quadro 7: PIB, RNB e RDB no ano acabado no trimestre

Ano acabado no trimestre	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)
2009T1	170 784	-0,7	164 253	-1,0	165 977	-1,0
2009T2	169 165	-0,9	162 514	-1,1	164 149	-1,1
2009T3	168 536	-0,4	162 260	-0,2	163 614	-0,3
2009T4	168 529	0,0	161 665	-0,4	162 825	-0,5
2010T1	169 477	0,6	162 899	0,8	164 007	0,7
2010T2	170 828	0,8	164 094	0,7	165 369	0,8
2010T3	172 312	0,9	165 172	0,7	166 573	0,7
2010T4	172 860	0,3	166 934	1,1	168 297	1,0
2011T1	173 113	0,1	167 628	0,4	169 124	0,5
2011T2	172 886	-0,1	166 564	-0,6	167 970	-0,7
2011T3	172 203	-0,4	166 454	-0,1	167 867	-0,1
2011T4	171 126	-0,6	164 896	-0,9	166 346	-0,9
2012T1	170 742	-0,2	163 971	-0,6	165 476	-0,5
2012T2	168 529	-1,3	162 922	-0,6	164 484	-0,6
2012T3	167 310	-0,7	161 831	-0,7	163 426	-0,6
2012T4	165 107	-1,3	160 563	-0,8	162 405	-0,6
2013T1	163 756	-0,8	159 828	-0,5	161 637	-0,5
2013T2	163 613	-0,1	160 168	0,2	162 128	0,3
2013T3	163 813	0,1	160 479	0,2	162 567	0,3
2013T4	165 690	1,1	162 239	1,1	164 465	1,2
2014T1	166 119	0,3	162 562	0,2	165 047	0,4

O Rendimento Disponível Bruto da Nação (RDB) registou um aumento de 0,4% no 1º trimestre de 2014. A despesa de consumo final da economia (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP) registou um aumento de 0,3%, o que determinou um aumento de 0,8% da poupança corrente da economia.

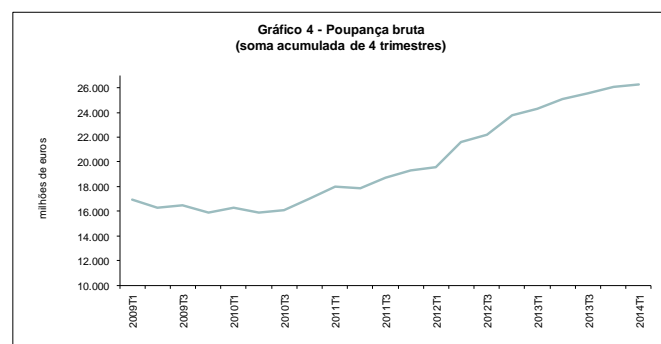
A FBC para o total da economia registou um aumento de 2,5% no 1º trimestre de 2014 (variação de -0,4% no 4º trimestre de 2013). Este aumento mais que compensou o aumento da poupança bruta,

determinando a diminuição da capacidade de financiamento da economia para 1,7% do PIB (menos 0,2 p.p. que em 2013).

Quadro 8 - Poupança e Capacidade/necessidade de financiamento unidade: % do PIB

Ano acabado no trimestre	Poupança Bruta	Saldo das transferências de capital com o Resto do Mundo	Investimento + Aquisições líquidas de activos não financeiros não produzidos	Capacidade/necessidade líquida de financiamento
2009T1	9,9	0,8	22,2	-11,4
2009T2	9,6	1,1	21,2	-10,4
2009T3	9,8	1,2	20,6	-9,5
2009T4	9,4	1,2	20,2	-9,6
2010T1	9,6	1,1	20,2	-9,5
2010T2	9,3	1,0	20,4	-10,1
2010T3	9,3	1,0	20,2	-9,8
2010T4	9,8	1,4	20,2	-9,0
2011T1	10,4	1,5	20,2	-8,3
2011T2	10,3	1,5	19,8	-8,0
2011T3	10,9	1,6	19,4	-7,0
2011T4	11,3	1,5	18,4	-5,6
2012T1	11,5	1,6	17,7	-4,6
2012T2	12,8	1,7	16,9	-2,4
2012T3	13,2	1,8	16,3	-1,2
2012T4	14,4	2,1	16,6	-0,1
2013T1	14,8	1,9	16,0	0,7
2013T2	15,3	1,9	15,7	1,6
2013T3	15,6	1,8	15,6	1,8
2013T4	15,7	1,6	15,4	1,9
2014T1	15,8	1,6	15,7	1,7

No 1º trimestre de 2014, a poupança bruta da economia continuou a aumentar. A partir do 2º trimestre de 2013, o crescimento da poupança bruta da economia foi devido ao aumento da poupança das AP, que mais do que compensou a diminuição da poupança das famílias.

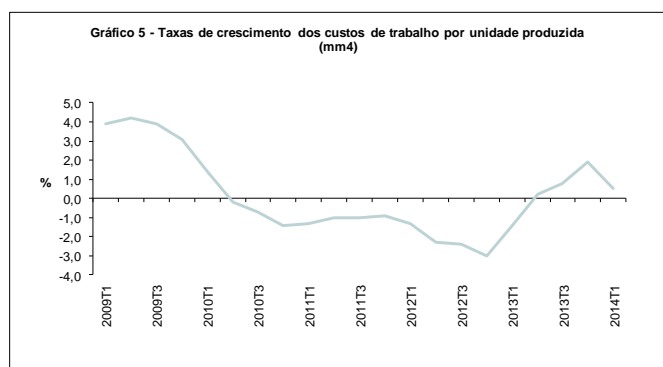


Custos do trabalho por unidade produzida (CTUP) desaceleraram

No 1º trimestre de 2014, os CTUP registaram um aumento de 0,5% (variação de 1,9% em 2013), inferior em 1,4 p.p. ao crescimento observado no 4º trimestre de 2013 (variação de 1,9%). Este comportamento foi devido sobretudo à desaceleração da remuneração média, que passou de uma taxa de 3,4% no 4º trimestre de 2013 para 1,3%. A evolução da remuneração média refletiu principalmente a diminuição das despesas com remunerações do setor das AP (variação de -1,9% no ano terminado no 1º trimestre de 2014).

Revisões das estimativas apresentadas no trimestre anterior

As Contas Trimestrais por Setor Institucional agora apresentadas incorporam nova informação com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados. Relativamente à publicação anterior, referente ao 4º trimestre de 2013, é de destacar alteração nos valores de referência das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) (ver "Destaque" de 9 de junho passado).



Nota metodológica

Os resultados têm uma natureza preliminar dado que a informação de base utilizada está sujeita a revisões, e o tratamento de algumas transações pode ainda ser alterado nomeadamente com a incorporação da informação resultante da compilação de contas anuais.

As CTSI diferem das Contas Nacionais Trimestrais por não serem ajustadas de sazonalidade. Caso nada seja indicado em contrário, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano acabado no trimestre precedente. As CTSI são apresentadas exclusivamente em termos nominais.

Os agregados estimados baseiam-se no Sistema Europeu de Contas (SEC95), sendo de destacar as definições seguintes:

Capacidade/necessidade de financiamento - A capacidade ou a necessidade de financiamento é o montante líquido dos recursos que o setor institucional coloca à disposição dos restantes setores (se for positivo) ou que recebe dos restantes setores (se for negativo). Para o total da economia, a capacidade ou a necessidade de financiamento é igual, mas de sinal contrário, à necessidade ou à capacidade de financiamento do resto do mundo.

Consumo Final – O consumo final corresponde à despesa realizada por unidades institucionais com a aquisição de bens e serviços para satisfação direta de necessidades humanas, quer individuais, quer coletivas.

Custos do trabalho por Unidade Produzida (CTUP) – Mede o custo médio do trabalho por unidade produzida e é calculado como o rácio entre a remuneração média por trabalhador remunerado e o PIB real por indivíduo empregado.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – A formação bruta de capital fixo (P.51) engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e ainda determinados acréscimos ao valor de ativos não produzidos obtidos através da atividade produtiva de unidades de produção ou institucionais. Os ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

Formação Bruta de Capital (Investimento) – A Formação Bruta de Capital (ou Investimento) inclui a FBCF, a Variação de Existências e a Aquisição (líquida de cessões) de Objetos de Valor.

Rendimento disponível – Corresponde ao valor que cada setor institucional dispõe para afetar à despesa de consumo final ou à poupança.

Rendimento Nacional Bruto (RNB) – O rendimento nacional bruto (a preços de mercado), representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remunerações de empregados, impostos sobre a produção e importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedentes de exploração (brutos ou líquidos) e rendimento misto (bruto ou líquido).

Rendimentos de propriedade – Corresponde aos rendimentos a receber pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido corpóreo para remunerarem o facto de pôr fundos ou o ativo não produzido corpóreo à disposição de outra unidade institucional.

Poupança – É a parte do rendimento disponível que não é afeta à despesa de consumo final. Se a poupança é positiva, o rendimento não despendido é consagrado à aquisição de ativos ou à redução de passivos. Se a poupança é negativa, certos ativos são liquidados ou certos passivos aumentam.

Produto Interno Bruto (PIB) – O produto interno bruto a preços de mercado representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de três formas: 1) o PIBpm é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade) – ótica da produção; 2) o PIBpm é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços – ótica da despesa; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia) – ótica do rendimento.

Sector institucional – O setor institucional agrupa as unidades institucionais que têm um comportamento económico similar. As unidades institucionais são classificadas em setores tendo como base o tipo de produtor que são e dependendo da sua atividade principal e função, sendo estes considerados como indicativos do comportamento económico das unidades. Cada unidade institucional pertence a um único setor.

Taxa de investimento – Representa o rácio entre a Formação bruta de capital fixo e o Valor acrescentado bruto.

Taxa de poupança das Famílias – A taxa de poupança mede a parte do rendimento disponível que não é utilizado em consumo final, sendo calculada através do rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível, ajustado com a variação da participação líquida das famílias nos fundos de pensões.